

1. Capítulo 1: A dinâmica histórico-estrutural do desenvolvimento (LC revisado por JL e N)

O desenvolvimento econômico só pode ser compreendido a partir de uma perspectiva histórico-estrutural e keynesiana. Histórico-estrutural porque nele as três instâncias básicas da sociedade – a econômica e social, a cultural e a institucional – são interdependentes e mudam dialeticamente; keynesiana, porque nesse processo não basta analisar o desenvolvimento econômico pelo lado da oferta; é também essencial vê-lo pelo lado da demanda. De acordo com a perspectiva histórica, o desenvolvimento econômico é um processo de acumulação de capital com incorporação sistemática de progresso técnico que se manifestou historicamente quando a organização da produção social assumiu a forma capitalista ou moderna. Apenas a partir desse momento passaram a ter existência histórica uma classe de trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho no mercado, e uma classe de empresários capitalistas que investem e inovam obtendo o lucro, além de uma classe de capitalista rentistas que se remuneram com juros, aluguéis e dividendos. Apenas a partir desse momento – da revolução capitalista e, mais especificamente, da revolução industrial que é o momento final dessa revolução maior – o progresso técnico – passa a ocorrer de forma acelerada e autossustentada, na medida em que o reinvestimento dos lucros com incorporação de tecnologias cada vez mais eficientes e sofisticadas torna-se uma condição de sobrevivência dos empresários e de suas empresas.

O pressuposto mais do que a conclusão básica deste trabalho é o de que o desenvolvimento econômico e, mais amplamente, o desenvolvimento humano, só começa a se realizar quando um povo se transforma em um Nação e realiza sua Revolução Capitalista, porque é só a partir de então que passa a ocorrer a melhoria sistemática de seus padrões de vida. De acordo com essa perspectiva, o agente histórico por excelência do desenvolvimento econômico é a Nação – é a sociedade nacional que, compartilhando um destino comum, logra controlar um território e se dotar de um Estado que lhe sirva de principal instrumento de ação

coletiva. A condição principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é que essa Nação tenha autonomia e coesão suficientes para, através do seu Estado, formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição econômica com as demais nações. Histórica ou empiricamente não há caso de verdadeiro desenvolvimento econômico sob condição colonial.

O Estado é a instituição matriz das demais instituições formais de uma sociedade; e nas sociedades modernas, é o instrumento de ação coletiva por excelência da sociedade na consecução de seus objetivos políticos de segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do ambiente. Nesta qualidade, um dos papéis do Estado é o de regular o mecanismo coordenador das economias capitalistas – o mercado. Não faz sentido, portanto, opor Estado a mercado. Ao invés disso, é preciso compreender historicamente as relações entre as duas instituições. Apenas nas duas fases iniciais do desenvolvimento econômico – na fase da acumulação original e na da Revolução Industrial – o Estado é o agente direto do desenvolvimento econômico. Em certos casos, como aconteceu no Japão, na Rússia e na China, esse papel de agente direto do desenvolvimento econômico torna-se quase absoluto. Terminada esta a Revolução Industrial, o Estado gradualmente se retira das atividades produtivas, que não lhe são próprias, transferindo-as para os empresários e as empresas.ⁱ Na fase que se segue, a renda per capita e os padrões de vida continuam a aumentar, muitas empresas se transformam em grandes organizações, e, sempre no quadro do desenvolvimento capitalista, forma-se uma terceira classe além da capitalista e da trabalhadora: a classe profissional ou tecnoburocrática. O Estado, por sua vez, enquanto sistema constitucional-legal ou regime político, se democratiza, ao mesmo tempo em que, enquanto aparelho, cresce fortemente deixando de ser um Estado Liberal para se transformar em um Estado Social.

Nação, estado e estado-nação

O Estado e o mercado são as instituições que a Nação utiliza para alcançar o desenvolvimento econômico e os seus demais objetivos políticos. É através do Estado que essa ação coletiva se exerce; é através dele que as nações regulam a vida social buscando, dessa forma, alcançar os objetivos políticos das sociedades

modernas de segurança, liberdade, bem-estar, justiça social e proteção do meio-ambiente. É através do mercado que as empresas concorrerem entre si, que os preços são formados, e que a alocação de recursos nos diversos setores da economia é realizada de forma eficiente. É através desse mesmo Estado que são criadas as condições necessárias para que o mercado coordene as ações econômicas, corrija e complemente sua ação de coordenação econômica, de forma que os empresários invistam e inovem, e o desenvolvimento econômico ocorra de forma tão mais razoável para todos quanto mais democrático for ele.

Se uma Nação ou sociedade nacional for razoavelmente coesa e solidária quando se trata de competir internacionalmente, ela, através da regulação do Estado, aproveitará melhor o extraordinário mecanismo de coordenação econômica que é o mercado para promover o desenvolvimento econômico e seus outros objetivos políticos. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento é sinal de que provavelmente existe uma Nação forte e que uma estratégia nacional de desenvolvimento está em curso; é sinal que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada com as demais nações na competição econômica. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua Nação perdeu coesão e sua solidariedade se esgarçou, que o compartilhamento de um destino comum, que é o que caracteriza uma Nação, já não está mais claro. Se a Nação não está mais sendo capaz de se auto-definir e estabelecer seus objetivos, se perdeu sua identidade, o Estado e suas instituições estarão também desorientados, e não existirá mais uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico é, portanto, o fenômeno econômico e social que passa a ocorrer a partir da revolução nacional, ou seja, com a formação dos modernos estados-nação ou estados nacionais, e da revolução industrial ou a “decolagem” da economia.ⁱⁱ Através desses dois processos históricos os mercados nacionais são definidos, e são assim criadas as condições necessárias para que os países completem sua Revolução Capitalista. Esta, que primeiro se completou na Inglaterra, na segunda metade do século XX, é uma transformação tectônica através da qual as ações sociais deixavam de ser coordenadas

principalmente pela tradição e a religião, para o serem pelo Estado e o mercado; é um fenômeno que ocorre em conjunto com a formação dos estados-nação; é a transição de uma economia coordenada principalmente pelo Estado para uma economia coordenada por um mercado socialmente construído, regulado pelo Estado; é o momento em que os trabalhadores se separam dos seus meios de produção; é a origem, inicialmente, da burguesia e da classe operária, e mais adiante da classe profissional ou tecnoburocrática – as três classes sociais que caracterizam as sociedades modernas.

Formados os modernos Estados-nação, estes assumiram, sucessivamente, três grandes formas históricas. Em uma primeira fase, a do Estado Absoluto, os monarcas em associação com a burguesia nascente formaram seus Estados nacionais; estavam, portanto, voltados principalmente para a ampliação de suas fronteiras, a defesa contra o inimigo externo e a manutenção da ordem. Esse é o momento da teoria econômica mercantilista que foi decisiva para o desenvolvimento econômico dos seus países. Os ingleses e os franceses, que foram as primeiras nações a realizar sua revolução capitalista usaram dos princípios do mercantilismo para orientar seu apoio à revolução industrial. Completada a revolução capitalista, o Estado deixou de ser aristocrático e absoluto, e entramos na fase do Estado Liberal que garante os direitos civis ou as liberdades; estávamos então no século XIX, quando se falava insistentemente em retirar o Estado da economia, mas este continuava a ter um papel chave no desenvolvimento econômico. No século XX, quando os pobres e as classes médias finalmente conquistam a democracia, o desenvolvimento econômico e o princípio do império da lei continuam centrais, mas agora, a partir da demanda popular, define-se uma terceira forma de Estado, o Estado Democrático e Social que, de um lado, garante o direito de votar e ser eleito e, de outro, passa a ter como objetivo político financiar a provisão de grandes serviços sociais e científicos de educação, saúde, assistência, e previdência social que permitam uma distribuição de renda mais equitativa e relativamente mais barata.

Com a revolução capitalista os mercados que antes eram locais transformam-se em mercados nacionais, e pouco a pouco começam a ganhar caráter internacional. Conforme assinala Polanyi (1944), não houve nada de natural na

passagem dos mercados locais para os nacionais: essa transição ocorreu como o resultado de estratégias políticas nacionais que de um lado institucionalizaram a competição, mostrando o caráter socialmente construído dos mercados, e de outro levaram à formação dos modernos Estados-nação. Através da definição de fronteiras seguras, os Estados nacionais modernos estavam criando as condições necessárias para que uma burguesia industrial originária da burguesia comercial se constituísse a partir da revolução industrial inglesa, e passasse a investir e incorporar progresso técnico de forma sistemática e competitiva ao trabalho e aos meios de produção. Os antigos comerciantes investiam no mercado de longa distância, mas a riqueza que daí provinha era eminentemente instável. Em seguida eles começam a investir em manufaturas, mas seu investimento era ainda limitado, continuando a produção a se organizar de forma tradicional, e os mercados a serem ainda essencialmente de longa distância. Já o investimento na indústria, que ocorre a partir da revolução industrial, envolvia custos pesados que só podiam se justificar no quadro de um grande mercado assegurado pelo respectivo Estado-nação. Daí o interesse das burguesias em se associar aos monarcas absolutos na constituição dos primeiros Estados-nação.

O desenvolvimento econômico é assim um fenômeno histórico que ocorre no quadro da Revolução Capitalista, relacionado, de um lado, com o surgimento das nações e a formação dos Estados-nação, e, de outro, com a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao próprio capital. É um processo histórico para o qual as três classes sociais – a capitalista, a trabalhadora assalariada, e a profissional ou tecnoburocrática – contribuem. Os empresários investem e inovam; a burocracia pública complementa ao nível do Estado a coordenação econômica realizada no mercado; a crescente classe profissional privada administra as empresas transformadas em organizações e conduz o desenvolvimento tecnológico e científico; os trabalhadores assalariados encarregam-se diretamente da produção. A tecnoburocracia pública e privada, além de ter um papel central no processo de organização da produção e na geração de ideias criativas que são tão importantes no mundo atual, contribui diretamente para os níveis crescentes de renda per capita na medida em que seus ordenados refletem seu alto e crescente valor adicionado per capita. O

mesmo acontece, ainda que em menor grau, com os trabalhadores assalariados que, ao incorporarem crescente capital humano a sua força de trabalho, veem seus salários também crescerem.

Estágios de desenvolvimento e tipos de países

O quadro mundial em que hoje ocorre o desenvolvimento econômico é o da competição global, na qual os países ricos continuam a se desenvolver, mas o *catching up* ou o alcançamento dos níveis de renda dos países ricos pelos países em desenvolvimento é uma antiga previsão da teoria econômica que vem sendo confirmada por um número crescente de países. Esses países contam com duas vantagens: a mão-de-obra barata e a possibilidade de copiar ou comprar tecnologias a um custo relativamente baixo. Entretanto, essas vantagens só se transformam em realidade a partir do momento em que um país em desenvolvimento logra se dotar de um estado-nação e realiza sua revolução capitalista. A partir desses momentos o país passa a contar com as instituições necessárias para o desenvolvimento econômico, entre as quais as duas principais são o próprio Estado e uma estratégia nacional de desenvolvimento. Pode então, aproveitar a oportunidade que representa a globalização – a abertura dos mercados que passa a ocorrer desde o último quartel do século XX – para exportar bens manufaturados para os países ricos – bens com crescente conteúdo tecnológico ou valor adicionado per capita.

No capitalismo global o desenvolvimento econômico pode ser definido como sendo o bom êxito de cada país na competição por maiores taxas de crescimento. O capitalismo é essencialmente competitivo, e essa competição não se limita às empresas, como ensina uma teoria econômica neoclássica esvaziada de conteúdo político e institucional, mas também entre os estados-nação. Essa competição sempre ocorreu entre os países de mesmo nível de desenvolvimento econômico, e, no estágio atual do capitalismo – o estágio que se convencionou chamar de globalização – ocorre também e cada vez mais entre os países ricos e os países de renda média que passaram a exportar manufaturas. É uma competição na qual um determinado grupo de países – os países de renda média, que já realizaram sua revolução capitalista e exportam bens manufaturados – vêm crescendo a

taxas substancialmente maiores do que os países ricos. Considerados todos os países em desenvolvimento, eles já representam mais de 50% do PIB mundial graças principalmente ao enorme crescimento dos países asiáticos dinâmicos.

Podemos pensar no desenvolvimento econômico em termos de etapas. Marx já pensou assim quando definiu historicamente os diversos modos de produção. Mas, como o desenvolvimento econômico só começa com a formação do estado-nação e a revolução industrial, só nos interessam nas etapas do desenvolvimento capitalista. Esta começa com um período preparatório, de formação do estado-nação ou revolução nacional e de acumulação primitiva de capital com a participação do Estado; em seguida temos um segundo estágio, o do capitalismo industrial e liberal que surgem com a Revolução Industrial; e um terceiro estágio no qual dos países ricos estão hoje, o do capitalismo tecnoburocrático, que começa com a revolução organizacional – a mudança do controle das unidades de produção que passam das famílias para as organizações.

Esse desenvolvimento ocorreu inicialmente na Inglaterra, e pouco depois na França, na Bélgica, na Holanda, e nos Estados Unidos. Um pouco mais tarde a Alemanha, a Itália, os países escandinavos e três países colonizados pela Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia se juntaram o grupo. Somados, podem ser denominados *países de desenvolvimento original*. O que os caracteriza é terem constituído sociedades que não tiveram que enfrentar o imperialismo industrial ou moderno para se desenvolverem. As três etapas acima referidas aplicam-se razoavelmente bem para eles. O fato de dele participarem quatro países que pertenceram ao Império Britânico não muda o quadro, porque foram países em que as populações autóctones foram praticamente dizimadas, e ali se estabeleceu uma colonização de povoamento (ao invés de uma colonização de exploração mercantil) que replicava a formação social inglesa.

Pensados os países em termos históricos, um segundo grupo de países começa a se formar ainda no final do século XIX – o grupo dos *países de desenvolvimento retardatário*, que realizaram ou buscam realizar sua revolução nacional e industrial, já tendo que enfrentar o imperialismo industrial, no início, principalmente da Inglaterra e da França, e, mais tarde, o imperialismo aberto ou

disfarçado dos Estados Unidos. As etapas por que passam esses países em desenvolvimento até se tornarem ou países ricos (como é o caso, primeiro do Japão, e depois da Coreia do Sul, de Taiwan e de Singapura) ou países de renda média (como são hoje o Brasil, a Turquia, a África do Sul, e a Índia) foram necessariamente diferentes daquelas seguidas pelos países em que a revolução industrial ocorreu originalmente. Enquanto eles não completaram sua própria revolução nacional e industrial, eles não foram simplesmente “países atrasados”, mas, como salientou Celso Furtado, “países subdesenvolvidos”. Uma vez, porém, cada país pobre logra se industrializar, isto significa que ele enfrentou com êxito o desafio da dependência e se tornou uma verdadeira nação, e deixa, portanto, de ser um país subdesenvolvido.

Entre os países retardatários podemos, hoje, distinguir quatro tipos de países: os pobres, os pré-industriais, e os de renda média, estes subdivididos entre os semicoloniais e os independentes.

De acordo com esta classificação, países pobres são países que estão ainda por realizar sua acumulação original de capital e estabelecer um sistema capitalista mercantil minimamente estruturado. Na América Latina, apenas o Haiti estaria nesta classificação. Já os países pré-industriais são aqueles que já realizaram a poupança forçada que caracteriza a acumulação original, e, no momento, estão buscando realizar sua revolução nacional e industrial. Países como a Colômbia, a Venezuela, o Egito e a Tunísia estão nesse estágio.

Entre os países de renda média é importante distinguir aqueles que lograram ampla autonomia nacional, possuem uma estratégia nacional de desenvolvimento, e assim crescem aceleradamente realizando o *catching up*, daqueles que continuam a enfrentar as contradições e limitações do desenvolvimento nacional-dependente. Esse é o caso, entre outros, de países como a Coreia do Sul, a Indonésia, a Índia e a China – todos países asiáticos. São casos de desenvolvimento retardatário *autônomo*. Em contraposição, países como o Brasil e o México, tiveram uma estratégia nacional de desenvolvimento, lograram durante um certo período um desenvolvimento econômico acelerado, e realizaram o *catching up* entre 1930 e 1980, mas em seguida, nos anos 1980,

mergulharam uma grande crise da dívida externa, porque acreditaram no conjunto restrição externa-poupança externa. Isto aconteceu logo após que uma crise muito mais moderada nos países ricos, nos anos 1970, e o colapso do sistema financeiro internacional regulado de Bretton Woods, em 1971, levaram o programa e as ideias socialdemocráticas e keynesianas do após-guerra ao colapso. Em consequência, no final dos anos 1980, diante da dimensão da crise da dívida externa, que para muitos países também se transformou em crise de alta inflação inercial, os países de renda média não asiáticos – Brasil, México, Argentina, África do Sul – e os países pobres da América Latina e da África se submeteram ao Norte, às políticas econômicas ortodoxas e às reformas neoliberais; haviam perdido a ideia de nação. Estes são casos de desenvolvimento retardatário *nacional-dependente* – de países que vivem uma contradição básica: a de contarem com elites divididas ou ambíguas que buscam a autonomia nacional mas se sentem associadas do ponto de vista étnico e cultural aos países colonizadores. Esta associação não faz sentido para chineses ou indianos, mas faz para as elites brancas da América Latina e da África do Sul.

O desenvolvimento econômico original tem sido estudado por um sem-número de analistas. Desde grandes economistas como Adam Smith e Karl Marx, até grandes historiadores como Fernand Braudel e Landes. Alemanha e os países escandinavos, cujo desenvolvimento ocorreu na segunda metade do século XIX, incluem-se nessa categoria, embora Alexander Gerschenkron (1962) denominou desenvolvimento “atrasado”. Ele salientou o fato que esses países recorreram a um grau maior intervenção do Estado, porque já tiveram a necessidade de enfrentar o imperialismo industrial da Inglaterra e da França que buscava “chutar sua escada”.ⁱⁱⁱ Essa dificuldade e a necessidade de um protagonismo econômico maior por parte do estado caracterizou o desenvolvimento de todos os países retardatários, a partir do Japão e de sua revolução nacional e nacionalista – a Restauração Meiji, de 1868. Os trabalhos já clássicos sobre o desenvolvimento retardatário autônomo são os de Alice Amdsen (1989) sobre a Coreia do Sul e de Robert Wade (1990) sobre Taiwan. O desenvolvimento, retardatário e nacional-dependente, foi analisado inicialmente, a partir do final dos anos 1940, por Raúl Prebisch e Celso Furtado, que salientaram esta

dificuldade enfrentada pelos países da América Latina, que eles chamaram “periféricos” em relação ao centro desenvolvido, e a necessidade do planejamento econômico. A partir, porém, da segunda metade dos anos 1960, o pensamento estruturalista se dividirá em duas correntes de economistas associados à “teoria da dependência” – uma teoria que salientou mais o caráter dependente das elites latino-americanas do que imperialismo do Norte. Essas duas correntes, em oposição ao estruturalismo latino-americano original, negaram a possibilidade de uma revolução burguesa e nacionalista: os economistas da teoria da *dependência e superexploração*, marxista, que identificava uma dupla exploração dos trabalhadores latino-americanos: do imperialismo e das elites locais (Gunder Frank 1965, 1969; Marini 1969, 1973). Enquanto que os da *dependência associada* (Cardoso e Faletto, 1969) viram na dependência algo insuperável e na associação com o Norte, o caminho do desenvolvimento. Uma terceira corrente – a da *nacional-dependência* (Furtado 1967; Tavares 1972; Bresser-Pereira 1970, 1977) é herdeira da tese estruturalista original afirmando a possibilidade e necessidade da revolução burguesa antes de uma possível revolução socialista. As duas primeiras correntes eram críticas da teoria estruturalista, compartilhando a ideia de que não existe nem pode existir nos países da periferia do capitalismo uma burguesia nacional, mas faziam inferências diferentes partindo desse pressuposto: a primeira concluía pela utopicamente pela necessidade e urgência da revolução socialista, enquanto a segunda, pela associação com o império e pelo crescimento com base em investimentos das empresas multinacionais. Já a interpretação nacional-dependente vê as elites latino-americanas como ambíguas e contraditórias, ora se constituindo em burguesia nacional e adotando uma estratégia nacional de desenvolvimento, ora se submetendo ao centro imperial.^{iv}

Os países de renda média são o objeto da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e do novo desenvolvimentismo. Quando formulamos tanto a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento quanto o novo desenvolvimentismo, estamos procurando generalizar a partir da experiência histórica desses países – tanto da experiência de todos entre os anos 1950 e os anos 1970, quanto da perda de dinamismo dos países latino-americanos a partir

dos anos 1980, enquanto os países asiáticos dinâmicos continuavam a crescer a taxas muito elevadas e a fazer o alcance.

As taxas de crescimento substancialmente inferiores apresentadas pelos países latino-americanos de renda média quando comparados com os países asiáticos dinâmicos pode ser explicada em termos políticos por um fato: neles a revolução capitalista não se completou. Argentina, o Brasil, o México e o Chile realizaram sua revolução industrial, mas não lograram completar a revolução nacional. Ou seja, não lograram formar um estado-nação realmente independente. Em parte porque as origens europeias de suas elites as induzem a se identificar com as elites dos países ricos ao invés de se associarem com seu próprio povo, ainda que de forma contraditória, como é próprio do capitalismo. Não têm, assim, autonomia de formação de política econômica comparável àquela desfrutada pelas elites dirigentes dos países dinâmicos da Ásia.^v A expressão “nacional-dependente” é propositalmente um oxímoro para indicar essa ambiguidade intrínseca das elites latino-americanas. Enquanto países como a China ou a Coreia do Sul souberam como enfrentar nos termos do seu interesse nacional os problemas do desenvolvimento, as sociedades nacional-dependentes são contraditórias porque estão muitas vezes submetidas à hegemonia ideológica dos países ricos que não estão interessados no desenvolvimento dos países de renda média, e sim na neutralização de sua capacidade competitiva internacional. Mas em outros momentos os interesses nacionais, principalmente os relacionados ao mercado interno, que é o ativo fundamental de cada estado-nação, prevalecem. Vemos então as elites locais logram se tornarem “nacionais” – ou seja, capazes de formular estratégias nacionais de desenvolvimento.

Desenvolvimento e industrialização ou “sofisticacão”

Neste capítulo sobre a dinâmica histórico-estrutural do desenvolvimento estamos sistematicamente relacionando desenvolvimento econômico com revolução industrial ou com industrialização. A teoria econômica convencional rejeita essa associação. Seus adeptos não pensam nem histórica nem estruturalmente, de forma que não importa qual seja o setor ou os setores econômicos nos quais o país se especialize. O mercado e, mais especificamente, a

lei das vantagens comparativas do comércio internacional se encarregará de dizer quais são esses setores, ou, em outras palavras, como uma economia “maximiza” a utilização de seus recursos produtivos deixando-o governado pelo mercado. Conforme costuma dizer Gabriel Palma, para esses economistas não há diferença entre potato chips e microchips.

Não vamos aqui repetir toda a argumentação desenvolvida pelos grandes economistas estruturalistas a respeito desse tema. Através da tese de Prebisch, segundo a qual existe uma tendência estrutural à deterioração dos termos de intercâmbio dos países exportadores de commodities, ficou demonstrado que essa lei não faz sentido. Seu pressuposto é que os ganhos de produtividade realizados pelos países se transformem em baixa de custos e em baixa de preços que beneficiam tanto os trabalhadores nacionais quanto os estrangeiros que importam os bens cuja produtividade foi aumentada. Entretanto, isto não é verdade para os países ricos e industrializados porque seus trabalhadores logram conservar para si, incorporando em seus salários, uma parte grande do aumento de produtividade, enquanto que os trabalhadores dos países produtores de bens primários não têm essa possibilidade.

Depois que essa crítica à lei das vantagens comparativas do comércio internacional foi formulada a questão passou a ser empírica: verificar se, realmente, existe a tendência à deterioração. Nossa avaliação é a de que essa confirmação ocorreu. Os preços das commodities revelaram realmente uma tendência secular a diminuir em relação aos bens industrializados. É verdade que alguns estudos deixaram a questão em aberto, mas nenhum mostrou que houvesse melhoria das relações de troca. Ora, como a produtividade aumentou substancialmente mais na indústria do que na agricultura, na pecuária e na mineração, a teoria econômica ensina que deveria ter havido uma melhoria das relações de troca. Como essa melhoria não ocorreu, confirmou-se a tese de Prebisch.

A rigor a lei das vantagens comparativas do comércio internacional é um mero raciocínio econômico, não é uma lei e comprovada pela experiência histórica dos países nas suas relações comerciais internacionais. Ela simplesmente nos diz que

mesmo que em um mercado de dois países no qual o país A é mais eficiente em termos absolutos que o país B na produção dos dois únicos bens produzidos, valerá a pena que eles entrem em relações comerciais se o país B tiver vantagem comparativa na produção de um desses dois bens. É um elegante raciocínio, mas não é uma lei ou uma tendência econômica que possa orientar a política econômica voltada para o alcance do desenvolvimento. Além de não fazer frente à tese de Prebisch, é um raciocínio de curto prazo que ignora a mudança nas vantagens comparativas no médio prazo, e, por isso, é mais que inútil, é prejudicial ao entendimento do processo do desenvolvimento econômico. Já vimos que ela foi pateticamente utilizada pelos ingleses para tentar convencer os alemães a não se industrializarem.

Outra crítica a essa “lei” decorre do entendimento da própria dinâmica do desenvolvimento econômico. Sabemos que este é um processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que resulta em aumento da produtividade e em aumento dos salários ou do padrão de vida da população. Se em um determinado momento podemos identificar a presença persistente dessas quatro variáveis (acumulação de capital, progresso técnico, aumento da produtividade, e melhoria dos padrões médios de vida), estaremos diante de um processo de desenvolvimento econômico. Mas por que e como aumenta a produtividade? Podemos, naturalmente, responder a essa questão usando os próprios elementos da definição: aumenta devido à acumulação de capital e ao progresso técnico. É uma resposta correta. Mas para compreender o aumento da produtividade e o próprio desenvolvimento econômico propomos analisar o problema sob um outro ângulo: o ângulo da industrialização em sentido amplo que chamaremos de “tecnosofisticação” ou do valor adicionado per capita. Não há nenhuma originalidade nessa abordagem. Ela é conhecida há séculos. Já era conhecida no longínquo ano de 1336, quando o rei inglês Eduardo III desencadeou o processo de desenvolvimento econômico ao proibir a exportação de lã em natura; queria que a produção de lã fosse completada pela do tecido para aumentar o valor adicionado pelos trabalhadores ingleses à produção.

Quando pensamos na produtividade estamos pensando no aumento da renda per capita ou no aumento do valor adicionado per capita. Supondo-se constante a

relação população ativa ou força de trabalho – população inativa, os três conceitos são sinônimos. Por outro lado, assumindo-se que o progresso técnico seja neutro (a relação produto-capital ou a produtividade do capital seja constante), que taxa de lucro permaneça a longo prazo constante em um nível “satisfatório” para os empresários (que os estimule a investir), e que não diferenciemos os salários dos trabalhadores (wages) dos ordenados dos profissionais (salaries), a taxa de salários ou salário médio crescerá proporcionalmente com o aumento da produtividade. Nessas condições o desenvolvimento econômico poderá ser medido tanto pelo aumento da renda per capita quanto pelo aumento dos salários.

Entretanto é preciso considerar que o aumento da produtividade ou da eficiência na produção não ocorre apenas nos mesmos bens e serviços produzidos, mas na produção de novos bens e serviços. Novos porque são totalmente novos e geralmente introduzidos pelos países mais avançados tecnologicamente, ou porque são novos para aquele país. Chamemos de t_m o progresso técnico ou o aumento da produtividade ocorrida na produção dos mesmos produtos, e de t_n aquele que ocorre com novos produtos. Qual desses dois tipos de progresso técnico é mais importante historicamente? Nossa tese é a de que o segundo – o progresso técnico baseado em produtos novos – é mais importante, geralmente contribui mais para o aumento da produtividade, que aquele ocorrido na produção dos mesmos bens. Se um país produz tanto um produto simples como são as commodities ou os copos de vidro, ou um produto complexo como é um automóvel, a possibilidade que ele tem de aumentar a produtividade mantendo a mesma proporção de mão-de-obra ele terá muito mais dificuldade em aumentar sua produtividade média, do que se lograr transferir mão-de-obra dos bens simples para os bens complexos ou sofisticados.

Mas surge, então, um novo e clássico problema. Não podemos comparar soja ou minério de ferro com automóveis ou computadores. Não podemos, portanto, medir a produtividade física quando há transferência da mão-de-obra para a indústria (industrialização estrito senso) ou, mais genericamente, quando há transferência de mão-de-obra de setores menos para setores mais complexos ou sofisticados configurando-se a sofisticação. Podemos, porém, medir a produção e

a produtividade em moeda. Mas nesse caso, por que a sofisticação é origem de aumento da produtividade? Essencialmente porque o valor adicionado per capita é maior nos setores mais sofisticados, e por isso, a taxa de salários será mais elevada nesses setores. E por que isto? Essencialmente porque a quantidade de trabalho incorporada na produção de trabalhadores e profissionais dos mais diversos tipos, desde os engenheiros de produção até os especialistas em marketing e os professores de literatura é maior da que na produção de trabalhadores não qualificados.

Voltamos, assim, à teoria clássica do valor, a teoria do valor-trabalho, que é a única teoria que faz sentido para explicar os preços. Quando dizemos que a educação é fundamental para o desenvolvimento, o que estamos afirmando é que ao educar seus cidadãos os países estão os preparando para realizar trabalhos mais sofisticados, que lhes garantirão maiores salários, e garantirão ao país uma taxa maior de desenvolvimento. A educação é, portanto, uma condição do desenvolvimento econômico pelo lado da oferta, mas, como veremos no capítulo seguinte, para que essa condição se efetive é necessário que haja demanda para os trabalhadores e profissionais mais qualificados. É preciso que o desenvolvimento econômico seja puxado pela demanda, mais especificamente pelos investimentos, que criam emprego ao mesmo tempo em que aumentam a capacidade produtiva.

Quando os economistas estruturalistas afirmavam que desenvolvimento era industrialização, e quando hoje dizemos que desenvolvimento é inicialmente revolução industrial e sempre sofisticação estamos todos dizendo que o desenvolvimento implica transferência de mão-de-obra de setores – e mesmo de tarefas dentro do mesmo setor – para um novo setor ou para tarefas mais sofisticadas no mesmo setor que impliquem o aumento do valor adicionado per capita.

ⁱ A industrialização japonesa, no final do século XIX, foi empreendida quase que totalmente pelo Estado; em torno de 1910, porém, ocorreu um rápido e radical processo

de privatização. No caso da Rússia e da China, as revoluções que se pretendiam socialistas foram na verdade revoluções nacionais e industriais; foram, paradoxalmente, parte da Revolução Capitalista.

ⁱⁱ O termo “decolagem” foi usado por Walt Whitman Rostow (1960) para identificar em cada país sua revolução industrial. Esse autor foi muito criticado pela esquerda pelo fato de que fazia uma defesa ideológica do capitalismo americano e transformava a “sociedade do consumo de massa” no fim da história. Não obstante, sua análise dos estágios do desenvolvimento são as de um historiador competente.

ⁱⁱⁱ A expressão “chutar a escada” foi usada originalmente por Friedrich List (1946) para descrever o comportamento da Inglaterra que procurava convencer os alemães a não se industrializarem usando os argumentos da economia clássica liberal. Este argumento foi retomado com grande competência e propriedade por Há-Joon Chang (2002) para descrever o comportamento atual dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento.

^{iv} Sobre essas três interpretações do desenvolvimento ver Bresser-Pereira (2011) “As três interpretações da dependência”.

^v Nos anos 1970 meu trabalho básico sobre o desenvolvimento nacional-dependente foi o livro *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (Bresser-Pereira 2007). Critiquei a teoria da dependência em “Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência” (Bresser-Pereira 2005).